PSICOMOTRICIDADE, E A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO NA EDUCÃÇÃO INFANTIL

LUIZ FERNANDO DA COSTA

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise teórica da Psicomotricidade, do currículo e sua construção na Educação Infantil, discussão esta que tem como norte teórico os estudos de Wallon (1973), Barbosa (2009), Oliveira (2011), Sacristán (2000), Silva (2013), entre outros. Objetiva, explorar alguns conceitos de currículo à luz dos teóricos que discutem as teorias do currículo, bem como as concepções do currículo descritas na Educação Infantil e na legislação educacional. Todavia, também é feita uma reflexão, do papel do professor na construção deste currículo através da perspectiva emancipatória, ou seja, como construção social. Observa-se que os estudos realizados revelam que, às crianças necessitam de ter voz na construção deste currículo, entretanto, analisa-se que, é necessário repensar algumas posturas dos professores no paradigma que se anuncia o de "deixar as crianças terem voz". E, sobre essa perspectiva, os professores ouvem a criança, refletem acerca das ações que podem ser pautadas em um trabalho conjunto e de escuta das vozes infantis, dando ênfase à autoria da criança.

Palavras□chave: Psicomotricidade. Construção. Currículo. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Hoje, a educação tem muitos desafios, e um deles é desenvolver o ser criativo que existe em cada criança e formar estes, para que desempenhe o seu papel na sociedade com atitudes que constituem um processo no qual participam atores diversos e todos sem exceção, formam um conjunto de profissionais neste processo de construir o currículo na educação infantil. E, Da Costa (2019), descreve a educação como,

A educação e a formação fazem parte da sociedade e do próprio convívio social. Educação e formação são diferenciais, pois nos capacitam a aprender, aprimorar-se e transmitir conhecimentos a outras gerações.

(DA COSTA 2019, p.191)

Entretanto, quando analisamos o contexto em que as crianças deste país e desse século XX estão inseridas em diversidades; como a social, a econômica, a cultural e que nós professores, estamos no centro deste processo submetido todo dia a pressões e exigências diversas, e também ao mesmo tempo o dever e o privilégio de termos um olhar analítico sobre varias perspectivas, além das inúmeras reflexões, sobre o local, as condições de vida destas famílias, e principalmente destas crianças, pois todas elas estão cercadas pela constante instabilidade psicomotora (impulsividade, desatenção, hiperatividade, agitação, etc.) e que se caracterizam hoje uma grande percentagem da população escolar isso (segundo algumas fontes, 50% de casos nas consultas de psiquiatria infantil) refletindo assim as disposições mentais e os estados afetivos que muitas crianças e jovens se encontram devido à convivência em sociedades agitadas. Nota-se, e partindo desta premissa os desafios são diversos, por vezes bem mais complicados do que equações matemáticas ou qualquer enunciado de língua portuguesa. Analisam-se aqui temas que permeiam os atores envolvidos e os transtornos psicomotores que tendem a influenciar na luz de construção do currículo na educação infantil. E, Wallon (1973), já no seu tempo, sugere que se repense o espaço e o tempo escolares (neste aspecto particular, já há uma perspectiva ecológica da educação). Para esse autor, a escola tradicional, na sua organização espaço-temporal, ativa os comportamentos disruptivos, os conflitos euoutro, o egocentrismo, o insucesso escolar, etc. Destarte, Fonseca (1996), descreve a Educação Psicomotora como,

(...) a primeira necessidade seria, portanto: alfabetizar a linguagem do corpo e só então caminhar para as aprendizagens triviais que não são mais que investimentos perceptivo-motor ligados por coordenadas espaços-temporais e correlacionadas por melodias rítmicas de integração e resposta. É com o movimento que a criança interage com seu corpo determina a sua lateralidade. O desenvolvimento psicomotor da criança compreende componentes fundamentais ao seu desenvolvimento como: esquema corporal, equilíbrio, coordenação, estruturação espacial, temporal e lateralidade. (FONSECA 1996, p.142)

Entretanto, o parecer das DCNEI, ao enfatizar a importância da intencionalidade no planejamento, afirma que:

[...] as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

(CNE/CBE/2009, p.6)

Todavia, descrever e pensar a concepção de currículo não é uma tarefa simples, tendo em vista que existem algumas nomenclaturas e que estas já foram consolidadas, ao longo do século XX e da historia fazendo assim, parte da construção do currículo.

CONCEITO DE CURRÍCULO

O pensar o currículo como uma construção social requer segundo Moreira (1999), compreender as complexas conexões entre currículo, cultura e poder na sociedade capitalista. E, conforme Pedra (1997), o termo currículo surgiu na literatura educacional a partir do processo de industrialização, no início do século XX, nos Estados Unidos. Com o impulso da industrialização, surgiu também a necessidade de mão de obra que atendesse aos princípios da industrialização. Dessa forma, o saber artesanal que era produzido em escala familiar, passou ao "poder fazer" industrial, bem como os conhecimentos técnicos dos operários deveriam atender a uma lógica de produção. O conhecimento, por sua vez, fora transformado sob o ponto de vista da indústria, sendo que nesse contexto, o operário e a família não detinham mais o saber fazer artesanal, e esse se tornaram fragmentado e distribuído entre várias "seções" da indústria. Entretanto, em sua perspectiva, Pedra (1997, p.

38) concebe o currículo como "[...] um modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares [...]", sendo que a forma como essas culturas são representadas é que vai constituindo as identidades individuais e coletivas que materializam o currículo. Todavia, Kramer (1995, p. 12) concebe o currículo como "[...] uma palavra polissêmica, carregada de sentidos construídos em tempos e espaços sociais distintos." Por ser essa palavra carregada de sentidos e significados, ela vai sendo construída pelo significado e compreensão que cada ator do processo educativo lhe atribui. Nesse sentido, o currículo também é visto por Silva (2013, p. 55) como "[...] um local, onde ativamente, se produzem e se criam significados sociais". Compreende se que tais significados contribuem para a construção das identidades e subjetividades pela mediação das relações intersubjetivas pelos seus pares. Se partirmos dessa premissa, e, também analisarmos que a escola é o lugar da construção da autonomia e da cidadania, fica evidente, que os currículos sempre serão inesgotáveis processos, sejam eles decorrentes das aprendizagens, das dinâmicas escolares ou simplesmente da própria instituição, e não devendo ficar sob a responsabilidade apenas de um ou de outro profissional, pois é, e sempre será uma responsabilidade tanto da coletividade, como de cada um em particular. Entretanto, nós devemos entender que quando se fala em currículo voltado para a educação infantil observa-se há existência de fatores diversos e alheios ao nosso alcance como os distúrbios psicomotores e instabilidades emocionais. E, este pensar no currículo, nos direciona a um que contemple o universo da Educação Infantil, onde todos os atores estejam envolvidos em uma análise de como as crianças são vistas nas Instituições de Educação Infantil, e também nas suas famílias e na sociedade. Entretanto, e corroborando na mesma linha de pensamento,segundo Kramer (2003, p. 15), ao se propor a desenvolver um currículo, faz se necessário levar em conta o contexto de vida das crianças, suas características específicas, assim como a dos profissionais e das instituições de Educação Infantil. Para isso requer,

> [...] reconhecer que as crianças são diferentes e tem especificidades, não só por pertencerem as classes diversas ou por estarem em momentos diversos em termos de desenvolvimento psicológico. Também os hábitos, costumes e valores presentes na sua família e na localidade mais próxima interferem na sua percepção do mundo e na sua inserção. E, ainda, também os hábitos, valores e costumes dos profissionais que com elas convivem no contexto escolar (professores, serventes, supervisores etc.) precisam ser considerados e discutidos. (KRAMER, 2003, p. 22).

Se compartilharmos o mesmo pensamento da autora, que foi citado acima, o reconhecimento cultural e social dos atores envolvidos nesse processo, precisaram ser considerados como elementos indispensáveis na construção de uma proposta curricular e que de fato atendam de forma concreta aos anseios das crianças. Contudo, até que ponto, nós professores, refletimos sobre nossas ações, sejam elas, cotidianas na escola, nas nossas práticas em sala, na linguagem que utilizamos, enfim, sobre aquilo que pré-julgamos e que muitas vezes, o nosso discurso expressa aquilo que entendemos como adequado em educação. Todavia, nossas práticas, imbuídas de concepções, representações e sentidos, ou seja, repletas de ações que fazem parte de nossa cultura, de nossas crenças, expressam entre si, e demonstram de que, até certo ponto, a nossa visão de mundo, está intrinsecamente relacionada à ação professor-aluno, e faz com estas ações gerem reflexos de nossa cultura, de nossas práticas já vivenciadas, e que ainda nos impregna com a lógica, a seleção e percepção desta ou aquela criança. No entanto tais reflexões não devem ser vistas como uma forma depreciativa ou se constituir em práticas discriminatórias em relação às diferenças e às condições socioeconômicas ou culturais das crianças. Entretanto, a reflexão é necessária, pois o respeito, e a observação constante e in loco das peculiaridades de cada uma, irão nortear os objetivos, e estes serão alcançados independentemente de quaisquer condições. E, corroborando nesta linha de pensa-

mento, observa-se que a "construção desse currículo exige um tipo de intervenção ativa, discutida em um processo de deliberação por parte dos agentes participantes como: professores, alunos, pais, forças sociais e intelectuais, para que o mesmo não se torne apenas como reprodução de modelações implícitas

(SACRISTÁN, 2000)". Nota-se que, desse modo, o pensamento de Sacristán (2000) vem colaborar com as discussões em torno da construção do currículo na Educação Infantil, uma vez que o autor aponta a necessidade da participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Tal pensamento vem ao encontro das discussões propostas para o currículo da Educação Infantil, pautadas na participação dos atores que compõem esse universo. E, Giroux (1997, p. 10 11), também corrobora, pois, vem de encontro do mesmo pensamento exposto ,quando afirma, "[...] é preciso desenvolver um currículo que cultive o discurso teórico crítico sobre a qualidade e propósito da escolarização e vida humana", ou seja, que leve em conta as necessidades sociais e individuais e que as mesmas estejam mediadas sob uma perspectiva de emancipação humana. Na mesma linha, e corroborando com o pensamento de Giroux (1997), Sacristán (2000) considera que o currículo realizado por meio de uma prática pedagógica, é o resultado de,

[...] uma série de influências convergentes e sucessivas, coerentes ou contraditórias, adquirindo, dessa forma, a característica de um objeto preparado num processo complexo, que se transforma e constrói no mesmo. Por isso, exige ser analisado não como um objeto estático, mas como a expressão de um equilíbrio entre múltiplos compromissos.

(SACRISTÁN, 2000, p. 102).

CURRÍCULO E A LEGISLAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Analisa-se que mudanças ocorreram na educação brasileira, sobretudo nas escolas nessas últimas décadas, pois sofreram influências diversas e inúmeras variações e concepções de teorias no currículo, e tais concepções teóricas influenciaram e ainda influenciam as construções das propostas curriculares, inclusive aqui no Brasil. E, essas teorias trouxeram mudanças na forma de conceber o currículo e dentre elas é possível citar as teorias tradicionais, as críticas e as pós críticas. Segundo Silva (2013), a teoria tradicional concebia o currículo como uma questão técnica e burocrática. A preocupação centrava se em como ensinar e como atingir as melhores e mais eficientes técnicas, e apontava para a questão da produtividade, organização e desenvolvimento. Já as teorias críticas e pós-críticas "[...] não se limitam a perguntar "o que", mas submetem este "que" a um constante questionamento. Sua questão central seria, pois, não tanto "o que", mas "por que"?" (SILVA, 2013, p.16). Perguntariam por que esse conhecimento e não outro? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? Dessa forma, as teorias críticas e pós críticas estariam preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder. Contudo, tais discussões e debates em torno de um dito "currículo ideal" que atenda aos anseios da sociedade causam impactos para que mudanças sejam realizadas, sobretudo, no que diz respeito à legislação brasileira. Não é recente a abordagem curricular como objeto de atenção do MEC, pois se observa que em cumprimento a essa trajetória de construção e proposta curricular para a Educação Infantil surgiu a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, que compreende a Educação Infantil em seu artigo 29, "[...] como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança considerando o aspecto psicológico, intelectual e social". E, também em seu Artigo 210 da Constituição Federal de 1988, que determina como dever do Estado para a educação fixar ' conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais', quando foram elaborados e distribuídos pelo MEC,e a partir de 1995, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/RCNEI. No entanto, o marco dessa importante conquista e constituições desse espaço na Educação Infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), todas criadas pela resolução de n. 05/2009. Sendo que essas diretrizes norteiam as propostas de Educação Infantil orientando as sobre as questões da diversidade cultural, religiosa, étnica e racial, bem como a concepção de Educação Infantil, de criança, de currículo, e de proposta pedagógica. Além dos Parâmetros Curriculares Nacionais/ PCN´s para o Ensino Fundamental e os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio. E, que posteriormente, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Na atualidade, o que esta em discussão é a elaboração de um documento que, mais do que a distribuição de materiais, promova, por meio de uma estratégia dinâmica, a reflexão, o questionamento e um processo de discussão em cada uma das escolas e Secretarias de Educação sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. Dessa forma, a elaboração e a construção do currículo para a Educação Infantil se fazem necessárias. Contudo, a sua elaboração envolve vários aspectos que são importantes, tais como: a formação dos professores, o perfil desses profissionais para a Educação Infantil – etapa educacional

que requer um cuidado e um olhar diferenciado da sua atuação em relação às crianças pequenas. No contexto das DCNEI, o currículo é visto como:

> Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.
>
> (BRASIL, 2009, MEC/SEF)

Em se tratando das DCNEI/2009, segundo Oliveira (2010), pode se pontuar como um dos avanços a ampliação da Educação Infantil para além do território urbano e a preocupação em garantir às populações do campo e indígena, e aos afrodescendentes uma educação que contemple os saberes de cada comunidade, levando em conta a identidade cultural e regional, bem como a questão da linguística e da religiosidade.

O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO DO CURRÍCULO

Como fruto das inúmeras tentativas de superação das velhas práticas e crenças nas desigualdades mentais dos seres humanos, novas sensibilidades foram construídas ao longo dos anos entre os professores sobre os processos de aprender, o que nos leva a repensar e reorientar os currículos tendo como referencia os processos de aprender. Todavia, é uma constante e principal preocupação, pois também já ocupa boa parte dos professores, frente a este novo olhar e que se tornou familiar observarmos os educandos como aprendizes, e como crianças que ainda são,mas que são igualmente capazes de aprender, e despontam em meio a adolescentes, a jovens ou adultos que também estão inseridos neste processo. E, através deste olhar mais do que clinico a visão deste se coloca no centro e vão se redefinindo na medida em que o currículo se organiza. Entretanto, quando temos o currículo como elemento articulador para nortear as propostas pedagógicas na Educação Infantil deve ser pensado e repensado as várias dimensões que fazem parte deste processo educativo, ou seja, é importante repensar as formas como esse currículo vem sendo articulado nas relações pedagógicas, bem como o professor o vem construindo com as crianças pequenas, uma vez que a relação pedagógica é permeada pelas subjetividades entre seus pares. No entanto, esse mesmo professor precisa ter uma formação sólida, e que está lhe possibilite também refletir continuamente sob suas ações pedagógicas, além de compreender os sentidos e os significados da ação docente. Mas, segundo Sacristán (2000), o professor tem o papel mediador,

> [...] para que os alunos obtenham resultados e significados concretos, [...] pela significação que atribui ao currículo em geral e ao conhecimento que transmite em particular e pelas atitudes que tem para o conhecimento ou para com uma parcela especializada do mesmo. (SACRISTÁN, 2000, p. 177).

E, partindo dessa premissa, vemos que serão constantes e desafiador para os profissionais da educação que ministram aulas nas inúmeras instituições de Educação Infantil e que estão espalhadas pelo país afora. E, o ato desafiador, será a compreensão de como se dá essa dinâmica das propostas das DCNEI/2009, ou seja, compreender como as categorias: criança, currículo, proposta pedagógica, princípios, diversidade cultural, práticas pedagógicas e Educação Infantil, enfim, se inserem nessa proposta e perpassam as relações pedagógicas, constituindo a mediação entre o currículo oculto e o currículo oficial. Analisando sob esse prisma, nota-se que, é preciso estar atentos aos modos de como as crianças desenvolvem a construção de seus saberes e como elas se inserem nesses espaços, bem como pensam e conseguem resolver seus problemas. Todavia, esses espaços onde a construção se faz presente, é necessário analisar que linguagens são construídas pelas crianças em relação as mediações originárias das culturas infantis. No entanto, para que a criança compreenda essa construção, o professor precisa propiciar, ou seja, mediar situações que estimulem esses saberes, colocando a criança no centro desta aprendizagem. Entretanto, esse é um desafio, e neste momento o professor precisa e deve superar a visão de sua prática, e quem sempre esteve centrada na sua autoria, pois agora o foco é outro, ou seja, dar ênfase e voz, agora à autoria do aluno; porque a questão é não fazer pelo aluno, mas sim, com o aluno, colocando o como protagonista de suas próprias construções. Demonstrando assim, um novo olhar, aonde os professores irão agora, e, portanto, verdadeiramente contribuir para que a criança se desenvolva, tendo sempre em mente que através das relações sociais que as crianças vivenciam adquirem suas experiências, sejam elas com; os familiares, professores ou outras crianças, e daí passam a construir, as suas próprias identidades. Destarte, ao construir o currículo devemos ter uma mente bem articulada e voltada sempre à ação docente, onde essa interação que será a mediadora do conhecimento, das percepções e das emoções dos autores envolvidos nesse processo educativo, lembrando que toda e qualquer construção, em algum momento irá sofrer influências de fatores internos ou externos, e que transpassam o processo de ensino e de aprendizagem. Consequentemente estás relações serão vistas sob uma nova ótica: por consequência, a

criança agora é uma parte presente estando também inserida nas discussões, pois ela sendo agora considerada como protagonista e sujeito de direitos, ela, a criança, precisa ser ouvida, escutada, enfim, precisa fazer parte da construção desse currículo. E, Silva (2013, p. 55), ao citar um dos conceitos trabalhados na obra de Giroux (1997), traz um termo interessante para esta discussão que é a questão da "voz", que ressalta a importância da construção de um espaço em que os anseios, os desejos e os pensamentos dos estudantes possam ser ouvidos e atendidos. Sendo que para Giroux, a ausência desse espaço dificultará a efetivação do currículo e, consequentemente, pouco contribuirá para uma educação emancipatória. Todavia, e talvez o seu pensamento não faça referencia especificamente às vozes infantis, o pensamento de Giroux (1997) vem de encontro corroborar com os pesquisadores que amplamente discutem a questão educação na infância, e partindo dessa premissa e com um livro já elaborado pelo BRASIL/MEC/2011, que traz uma luz em seu tema, e tema esse que a questão central é: "Deixa eu falar". O livro, segundo Mumme (2011, p. 3) tem por objetivo favorecer o diálogo com as crianças. Nesse sentido, para ouvirmos as vozes infantis, faz-se necessário, como salienta Oliveira (2010), superar alguns desafios para a elaboração curricular, bem como sua efetivação no cotidiano escolar, assim, a proposta pedagógica,

> [...] deve transcender a prática pedagógica centrada no professor e trabalhe, sobretudo, a sensibilidade deste para uma aproximação real da criança, compreendendo a do ponto de vista dela, e não do ponto de vista do adulto.
>
> (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

Destarte, criar e dar vida ao currículo na Educação Infantil requer o pensar e repensar na mudança e dos paradigmas que estão relacionados ao professor, pois para se efetivar verdadeiramente esses princípios éticos, políticos e estéticos propostos pelas DCNEI/2009 será preciso sairmos desta condição que nos encontramos que é o autoritarismo, para assim seguirmos no sentido de cooperação, de abordagem e que são propostas por Devries e Zan (2004, p. 326):

"Faça o que eu digo", para a proposta: "Vamos trabalhar juntos". De acordo com as autoras, os professores podem melhorar suas ações pedagógicas, desde que se propunham a sair da condição de autoria da ação docente e criar um ambiente cooperativo. Isso implica, segundo Devries e Zan (2004, p. 51), "[...] criar uma atmosfera socio moral cooperativa, consultando as crianças e dando a elas uma significativa quantidade de poder para determinar o que ocorre em sala de aula". Além dessa consulta às crianças, o professor deve fazer um questionamento constante sobre as atividades propostas: se as mesmas estão possibilitando a construção da autonomia das crianças. Uma vez que o currículo, segundo Devries e Zan (2004), pode ser examinado por meio das ações e das palavras das crianças, sendo assim, pode se fazer os seguintes questionamentos: As atividades continuam a despertar o interesse das crianças? O que as crianças estão aprendendo a fazer? Essa proposta de participação ativa dos sujeitos na construção do currículo, na visão de Sacristán (2000), é um elemento fundamental nos processos das deliberações, para que essa não seja uma mera reprodução de decisões e modelações implícitas.

E, nessa mesma linha, e ainda segundo Sacristán (2000), o professor tem um papel decisivo nessa construção do currículo, uma vez que ele será o mediador entre o aluno, a cultura e a significação que atribui ao currículo, bem como pelas suas atitudes diante da construção do conhecimento (SACRISTÁN, 2000, p. 177).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrermos sobre a construção do currículo, levamos em consideramos que o processo educativo é muito complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entretanto, entendemos que,esse não pode e não deve nunca ser analisado,e observado fora da interação dialógica ,ou seja escola e vida, e considerando também o desenvolvimento humano,o conhecimento prévio e a cultura. E, partindo dessa singela reflexão convidamos gestores, professores, e demais profissionais da educação para uma reflexão conjunta sobre os vários eixos organizadores deste documento o currículo. O fato de este artigo ter sido norteado pelas inúmeras leituras e grandes teóricos, que neste fizeram parte, onde tivemos a honra e o privilégio de conversarmos juntos, via interlocuções de linhas do mesmo pensamento, nos fez abrir pontos de aproximação como, por exemplo, a valorização do sujeito, do protagonismo, do processo educativo, do pensamento e do reconhecimento plural eixo esse que privilegiou a construção do currículo na educação infantil. Ressaltamos ainda que,em alguns textos tivemos pontos de afastamentos. Todavia, será possível encontrar algumas concepções divergentes e convergentes sobre o Currículo, sobre a Psicomotricidade, enfim, há diversidades nas reflexões teóricas, porque também há diversidade de projetos curriculares, sejam, eles inseridos no sistema ou nas escolas. Entretanto, todo o movimento, seja ele do ponto de vista único ou de vários atores irão sempre convergir ou divergir, mas, enriquecem o debate. No entanto, é importante pontuarmos aqui, alguns elementos que convergem na sua construção: um desses elementos é a compreensão do que vem a ser currículo, entendendo que esse não se constrói como

uma prescrição de normas e preceitos, e que o mesmo deve ser elaborado, ou seja, construído, levando em conta o contexto em que se insere a instituição de Educação Infantil. Contudo, essa construção pode acontecer de forma participativa e dinâmica, com os atores do processo educativo. Com a construção das diretrizes curriculares podemos, portanto, vislumbrar um currículo que está atento às diversidades e às singularidades das crianças pequenas. Podemos perceber que há uma preocupação política e ética com o bem-estar dessas crianças, uma vez que as próprias DCNEI (2009) possibilitam uma abertura flexível para a construção das propostas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil, enfatizando que essas devem se constituir com a participação de todos os atores, professores, pais, crianças e comunidade. Dessa forma, os professores devem estar abertos aos seus anseios, às suas emoções, ao seu jeito de ser e de estar no mundo. No entanto, os professores precisam sair da condição de elementos centrais do fazer pedagógico e passarem a considerar as crianças como atores principais desse processo educativo. Por fim, acreditamos que essa postura seja um salto positivo nessa construção do currículo. Outro aspecto importante na construção do currículo, de acordo com os estudos realizados, é que se faz necessário dar voz às crianças, para que elas participem desse processo de construção, isto é, é preciso ouvi las.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas cotidianas na educação infantil: bases para uma reflexão sobre as orientações curriculares. MEC/SEB/UFRGS,

Brasília, 2009.

BRASIL. Lei 9394 - 24 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

DA COSTA, Luiz Fernando. Realidade prisional e as leis que norteiam a formação escolar dentro do sistema, In: VI Seminário de Políticas Públicas: políticas públicas para cidadania: desafios para a cultura, formação humana e qualidade de vida – Anais, Mogi das Cruzes, SP: UMC, 2019.

DEVRIES, Retha; ZAN, Betty. O currículo construtivista na educação infantil: práticas e atividades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GIROUX, Henry A. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 43 53.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. O Currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? In: SEMINÁRIO NACIONAL: Currículo em movimentos: perspectivas atuais, 1. Anais... Belo Horizonte, nov. 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

WALLON, Henri. Psychologie et dialectique: Paris,Messidor,1973